

Empregados e Caixa debatem condições de trabalho

**CAIXA****Empregados e Caixa debatem sobre condições de trabalho**

www.pactu.org.br @seebumarama

O Grupo de Trabalho sobre Condições de Trabalho na Caixa Econômica Federal, composto por representantes dos empregados e do banco, se reuniu nesta terça-feira, 04/04 para dar continuidade às tratativas em relação aos problemas que afetam o dia a dia dos trabalhadores nas unidades do banco. As discussões giraram em torno, principalmente, dos problemas que afetam as empregadas e empregados com deficiência (Pessoas com Deficiência – PCDs) e sobre as formas de estabelecimento e cobrança de metas. A Caixa apresentou um plano de adequação aos requisitos de acessibilidade e disse que tem uma meta de adequar 10% das agências com necessidade de adaptação ainda em 2023. A representação dos empregados ressaltou que é preciso ter atenção para que as mudanças que serão realizadas não prejudiquem os demais trabalhadores. Os trabalhadores também perguntaram em quantas unidades da Caixa existem PCDs lotadas e quais funções são ocupadas por este grupamento, além de discutir a redução da jornada de empregados e empregadas que sejam responsáveis por PCDs. Sobre as metas, foi ressaltado que a cobrança delas é o que mais tem causado adoecimento nas empregadas e empregados da Caixa. Os trabalhadores solicitaram um relatório com a quantidade e localidade de empregados afastados e os respectivos códigos de Classificação Internacional de Doenças (CID), sem os nomes de empregados, para que sejam levantadas as principais causas dos afastamentos. Além destes temas, também houve discussão sobre a volta das pesquisas de satisfação, antecipação da vacina contra a gripe, horários de eventos e palestras e mais contratações. Ainda não está agendada a data da próxima reunião. [Clique aqui](#)

Seminário da UNI Mulheres Brasil fecha mês de luta contra violência de gênero

[Clique aqui](#)

Caixa anuncia linha de crédito para pessoas com deficiência

[Clique aqui](#)

COE BRADESCO LAMENTA POSTURA NEGATIVA DO BANCO

**# QUEVERGONHABRADESCO****Banco nega reivindicações dos trabalhadores**

Em reunião no dia 31/03, com a direção do Bradesco, a Comissão de Organização dos Empregados (COE) cobrou o fim do fechamento de agências e das demissões decorrentes. O banco informou que o processo é resultado de estudos e que os funcionários estão sendo realocados e reaproveitados. A COE reforçou a insegurança entre os funcionários quanto ao futuro no banco e a preocupação deles com o emprego e solicitou que o banco informasse qual a previsão para o fim do fechamento das agências. O banco se negou a informar e também negou outras duas reivindicações dos trabalhadores, o auxílio academia e o reajuste do reembolso por quilometro rodado. Nesta reunião também foi discutida a Cláusula 87 da Convenção Coletiva de Trabalho, sobre as metas. Porém, esta negociação não terminou e uma nova reunião será marcada.

[Clique aqui](#)

Sindicatos do Pactu participaram do Seminário Jurídico da Contraf-CUT

**3º Seminário Jurídico Nacional da Contraf-CUT**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) realizou, nos dias 30 e 31 de março, o 3º Seminário Jurídico Nacional da entidade. O evento aconteceu em São Paulo e debateu temas atuais, de interesse do trabalhador do ramo financeiro. No primeiro dia, o tema central foi a contrarreforma trabalhista, dividido em duas etapas. Um debate focou a experiência espanhola, país onde várias alterações feitas no sistema legal trabalhista já foram revertidas, e outro sobre as propostas das centrais sindicais para o caso brasileiro. Na sexta, 31, a pauta incluiu a presença da inteligência artificial na prática jurídica e os limites tecnológicos e éticos de sua aplicação, a organização sindical do ramo financeiro, o futuro das negociações coletivas e as perspectivas do atual governo Lula. Os sindicatos do Pactu foram representados pelos dirigentes Wilson de Souza, de Umuarama, Wendrel Minare Vieira, de Paranavaí, Fernando Augusto Comassetto, de Toledo e Ivan dos Santos, de Guarapuava, além dos advogados Bruno Antônio Schimidt, do Sindicato de Umuarama, e Olindo de Oliveira, do Sindicato de Guarapuava.

LEIA TAMBÉM

Seminário Jurídico debate contrarreforma trabalhista[Clique aqui](#)**Inteligência artificial é debatida no Seminário Jurídico**[Clique aqui](#)**Debate sobre contrarreforma espanhola encerra Seminário Jurídico**[Clique aqui](#)

Centrais propõem retomada da política de salário mínimo com aumento real de 2,4%



As centrais sindicais elaboraram uma proposta de reajuste do salário mínimo que busca superar a desvalorização provocada por decisões do governo anterior e que corresponde a uma perda de 5,4% em 3 anos. As entidades também propõem uma política permanente de valorização para as próximas décadas. A proposta foi entregue ao Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, nesta segunda, 03/04. Desde 2019, por causa de uma decisão do governo Bolsonaro, o piso nacional perdeu a regra permanente de reajuste que garantia a reposição da inflação e aumento real igual ao aumento do PIB. Com isso, o piso nacional passou a ser determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso Nacional. O resultado disso foi que não tivemos um aumento real nos últimos três anos e, 2023, seria o quarto ano consecutivo, não fosse a decisão de Lula de reajustar o salário mínimo para R\$ 1.320 a partir de 1º maio. As centrais sindicais propõem para 2024, um reajuste com o resultado do INPC (Índice de preços ao consumidor, usado para observar tendências de inflação), acrescido do PIB de 2022 (2,9%) e acrescido de 2,40%. Para 2025 e 2026, o reajuste seguiria a mesma receita: o resultado do INPC, acrescido do resultado do PIB de dois anos antes, mais 2,40%. As centrais propõem um reajuste, entre 2027 e 2053, que considere: variação do INPC anual; aumento real equivalente a variação do PIB de dois anos anteriores; estabelecimento de um "piso" para o aumento real de 2,40% ao ano; revisão dos parâmetros da política a cada 10 anos. Com essa proposta, as centrais apontam que será possível manter a valorização do piso nacional acima da inflação para as próximas décadas, independentemente de governo e de ciclos econômicos. [Clique aqui](#)

Datafolha: 80% aprova pressão pela queda de juros



O Datafolha divulgou uma pesquisa na noite do último domingo, 02/04, revelando que 80% dos entrevistados concordam com a pressão que o presidente Lula (PT) faz ao Banco Central pela redução da taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic. Ainda segundo o recorte da pesquisa, 71% considera que a taxa está mais alta do que deveria; 55% que a Selic é muito alta e 16% que está um pouco alta. Desde fevereiro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) vem realizando diversas manifestações, com o mote #JurosBaixosJá, nas ruas e em materiais didáticos propagados nas redes sociais, que incluem vídeos com economistas e informações sobre o impacto desta política monetária sobre a vida das pessoas e no crescimento do país. [Clique aqui](#)

COPA CONTRAF-CUT FIFA 23



A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) está organizando o primeiro torneio de videogame para os trabalhadores do ramo financeiro filiados aos sindicatos da base da confederação e seus dependentes de todo o Brasil. A primeira fase da competição será com onze torneios regionais, organizado pelas federações, incluindo a Fetec-CUT/PR, à qual são filiados os sindicatos do Pactu. Os primeiros colocados de cada torneio disputam a final nacional, que contará com 32 equipes. A organização é realizada pela equipe da SMU Games, que oferece todo suporte durante o campeonato e um painel preparado para os competidores postarem os resultados dos jogos e acompanharem a tabela de classificação. A data do torneio regional do Paraná ainda não está definida. [Clique no link](#) para saber mais detalhes sobre o campeonato.

Violência contra a mulher: além de delegacias 24h, 'Ligue 180' terá canal no WhatsApp



As delegacias especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) terão funcionamento 24 horas por dia, inclusive em feriados e finais de semana. A determinação está na Lei nº 14.541, publicada nesta terça-feira, 04/04, no Diário Oficial da União. As delegacias deverão prestar atendimento em salas reservadas e, preferencialmente, por policiais mulheres. O texto define ainda que os policiais encarregados do atendimento deverão receber treinamento adequado para permitir o acolhimento das vítimas de maneira eficaz e humanitária. Também ficou estabelecido que as delegacias especializadas disponibilizarão número de telefone ou outro mensageiro eletrônico destinado ao acionamento imediato da polícia em casos de violência contra a mulher. Também a partir desta terça, o Ligue 180, serviço telefônico que orienta e encaminha denúncias de violência contra as mulheres, passa a atender por um canal no WhatsApp. O Ligue 180 funciona 24 horas, por telefone e WhatsApp, todos os dias da semana, de qualquer lugar do país. Para adicionar o Ligue 180 no WhatsApp, basta enviar uma mensagem para o número (61) 9610-0180. [Clique Aqui](#)

CIPA TERÁ OBRIGAÇÃO DE FISCALIZAR E PREVENIR TODOS OS TIPOS DE ASSÉDIOS NO TRABALHO

[Clique Aqui](#)